

Editorial: Por que não somos lukácsianos

[...] raramente os intelectuais e filósofos estão dispostos a extrair consequências filosóficas da enorme riqueza de dados e de fatos obtidos pela ciência.

G. Lukács, *A destruição da razão*

O valor e a forma de minhas ideias não são decididos por mim, não é minha responsabilidade cuidar disso.

G. Lukács, *Essenciais são os livros não escritos*

O leitor habituado a nossas publicações certamente observou que a *Verinotio* ganhou notoriedade pelo empenho da equipe editorial em veicular textos e entrevistas de autoria de György Lukács, em grande parte inéditos ou em novas e acuradas traduções. Deve também ter constatado a presença de artigos de intérpretes prestigiados e competentes da obra lukácsiana. Com isso, o objetivo da revista é claro: divulgar contribuições teóricas que permitam acessar o legado do filósofo húngaro de modo rigoroso e competente¹.

Dada a importância de sua obra no cenário contemporâneo, dominado por tendências (de vários matizes) que subestimam, anulam ou mesmo negam peremptoriamente a capacidade humana de saber e agir, a figura de Lukács desponta, a despeito de suas possíveis falhas e incorreções, como a melhor formulação teórico-filosófica que o marxismo pôde produzir. De fato, Lukács foi e continua sendo voz isolada no deserto das ideias.

Esse posicionamento não é recente, ao contrário. Já tivemos oportunidade de ressaltar, tanto nos editoriais quanto em artigos – e não é o caso de retomar a argumentação aqui –, que é forçoso reconhecer a existência de diversas lacunas na produção teórica dita marxista, todas elas relacionadas ao tratamento de temas e questões fundamentais. Estas vão desde a correta identificação dos traços da acumulação capitalista de nossos tempos até o devido acerto de contas com o projeto de sua superação, radicalmente interrompido, passando, é claro, pelos dilemas humanos que continuam a marcar a infame vida vivida. Fossem outras as circunstâncias, provavelmente não nos encontraríamos tão desarmados teórica e praticamente como estamos nos dias de hoje.

¹ Integrantes da atual equipe editorial, assim como do próprio conselho editorial, pesquisadores, exigentes que são na lida com textos clássicos, têm contribuído sistematicamente com traduções e artigos sobre a obra de Lukács, o que expressa de modo concreto nosso empenho em atingir tal objetivo.

Por todas essas razões, assinaladas aqui *en passant*, é que a equipe editorial decidiu lançar mais uma edição da *Verinotio* em homenagem aos 50 anos de falecimento de Lukács, voltada agora aos seus trabalhos na área de estética, como forma de reconhecimento da importância das formulações do filósofo húngaro, sobretudo de suas obras de maturidade.

É importante, contudo, destacar para os mais desavisados que, muito embora os escritos de e sobre Lukács sejam presença constante em nossas publicações, isso não significa, de modo algum, que possamos ser chamados de *lukácsianos*. De fato, rejeitamos tal filiação, graças a um sem-número de razões, das quais apenas as mais fundamentais serão aqui indicadas. Trata-se de esclarecimento necessário, tendo em vista o tratamento que sua obra tardia, designadamente *Para uma ontologia do ser social*, tem recebido em nossas plagas.

Desconsiderando tratar-se de esforço de ampla envergadura, ao desconhecer a complexidade do tema não apenas no interior da história da filosofia, mas, sobretudo no campo do marxismo, certos intérpretes e comentadores não percebem – ou não querem perceber, por ignorância ou imediatismo político – que a pesquisa sobre o assunto se apresenta como um desafio, muitas vezes de aparência inacessível, que a facilitação e a vulgarização não desfazem. E isso porque se apressam em retirar da obra postumamente publicada esquemas conceituais simples para uso e abuso dos sociólogos, educadores e assistentes sociais, ou, ainda, palavras de ordem que “estimulem” a militância. Nesse mister, só conseguem complicar ainda mais a incontornável tarefa de enfrentar a argumentação cerrada e, não raras vezes, problemática que o autor, no entanto, procurou fundamentar com cuidado e rigor. Consequentemente, não há como compactuar com esse tipo de “leitura” da obra de Lukács, tornada, infelizmente, moeda corrente.

Parece que boa parte dos “lukácsianos brasileiros”, adeptos do tratamento fácil dos densos escritos do filósofo húngaro, ignoram – seja por lapsos de formação, seja por pura displicência teórica – aquilo que ele próprio admitiu em várias oportunidades no final da vida, ou seja, que trazer à baila a questão ontológica, a mais complexa e espinhosa da história da filosofia, tende a provocar dificuldades e incompreensões de toda sorte. Já para não falar da proliferação de críticas infundadas que lhe foram dirigidas, realizadas ao arrepio de seus escritos, e em grande medida surgidas em decorrência da trivialização de seu legado. Ou seja, a banalização das ideias de Lukács acaba por gerar e disseminar uma imagem débil, carente, sobretudo, de estofamento filosófico, presa fácil para seus adversários, principalmente do mundo acadêmico, ansiosos por levá-lo à desmoralização. Assim é que, à imagem de escritor stalinista, soma-se agora outro tipo de imputação, a de um idoso delirante.

Por todas essas razões, ainda que não nos consideremos integrantes de algum tipo de seita lukácsiana ou do “gueto ideológico” formado por seus fiéis seguidores, é que julgamos fundamental prolongar nossa homenagem com mais uma edição, dedicada especialmente às questões estéticas.

Sobre a importância fundamental das obras de Lukács voltadas ao tratamento de problemas filosóficos de caráter geral, tanto no campo da estética quanto aqueles que marcaram os debates contemporâneos, sobretudo a respeito do intrincado e

complexo tema da ontologia, Vaisman pronunciou-se do seguinte modo:

os cerca de 30 anos que separam o início do percurso do autor e suas obras de plena maturidade, como a *Estética* e *Para uma ontologia do ser social*, incluídos aí seus *Prolegômenos*, além de serem marcados por escritos que contribuíram decisivamente para um cenário carente de formulações analíticas sobre a arte inspiradas em Marx, permitem constatar a existência de um projeto de cariz eminentemente filosófico [...]. Exemplos monumentais desse empreendimento, além, é óbvio, de seus trabalhos de análise literária, são os livros *O jovem Hegel* (cujo término da redação se deu em 1938, mas a publicação apenas dez anos depois) e *A destruição da razão* (1954) (sem esquecer de *Goethe e seu tempo*, publicado em 1938), obras que colocaram em xeque, de modo original e competente, teses dominantes no panorama filosófico da época, diga-se de passagem, tanto aquelas esposadas pelos representantes do marxismo oficial quanto de acadêmicos e especialistas renomados que se debruçaram sobre os autores tratados (VAISMAN, 2021, p. 298).

Infelizmente, em vários redutos acadêmicos e culturais é ainda o livro *História e consciência de classe* (para não mencionar *A alma e as formas* e *Teoria do romance*) que é reputado como o legado mais importante do autor. Seja por conta da influência que veio a exercer em alguns representantes da assim chamada teoria crítica, seja pela presença no livro de certas noções caras ao weberianismo, seja, ainda, por certa dose de ingenuidade teórico-política que essa obra de transição transpira², o fato é que esse conjunto de ensaios – malgrado todas as restrições que o próprio autor dirigiu a ele – é ainda cultuado como o *opus magnum* do filósofo húngaro.

Cumprе ressaltar, no sentido de reforçar o argumento, que o culto ao conjunto de ensaios elaborados entre os anos de 1921 e 1923 deriva de modo significativo do

papel importante nas antiteorias de Adorno de uma formulação lukácsiana em *História e consciência de classe*, qual seja: de que o problema da fetichização da mercadoria era o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as correspondentes formas de subjetividade na sociedade capitalista, incluindo os próprios esquemas do pensamento burguês (VAISMAN, 2021, p. 281).

Ademais, não há como negar que, na atualidade, como decorrência da total ausência de perspectiva de futuro, em larga medida determinada tanto pelo prolongamento histórico do capital quanto pelo fracasso das transições ao socialismo intentadas, tudo conspira a favor da propagação de tendências irracionistas, autointituladas pós-modernas – denominação esta que, infelizmente, seus antagonistas vieram a adotar, ratificando, assim, um velamento de sua real natureza. Denominar tais correntes teóricas como pós-modernas é um beneplácito, ato que corrobora as intenções de seus titulares, cujo propósito é simplesmente confundir e dissimular seus alvos de ataque.

É vital, assim, que as denominemos por aquilo que elas de fato representam no plano teórico-ideológico: o *irracionalismo*. O horror à técnica e à ciência são partes

² Ver a respeito o número 16 da *Verinotio*, dedicado aos 90 anos da publicação de *História e consciência de classe*. Disponível em: <<https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/issue/view/13>>.

indissociáveis desse ambicioso projeto. A supremacia concedida à arte ou às diferentes vertentes das assim chamadas “ciências do espírito”, colocando-se, aparentemente, como movimentos de reação ao positivismo e ao predomínio epistemológico do método das ciências naturais, ganhou adeptos *partout*. Inclusive (e principalmente) entre os críticos da sociabilidade burguesa, nos quais a denúncia fundamental se dirige, com especial ênfase, aos espaços recônditos da subjetividade fetichizada, emanada dos processos reificantes, característica considerada basilar para a compreensão dos processos manipulatórios e que teriam a capacidade nefasta de encarcerar as diferentes individualidades.

A bem da verdade, caracterizada aqui de modo ultra geral, a tendência acima delineada – pois não é o caso de debruçar-nos sobre o assunto de modo mais concreto e detalhado neste Editorial – emerge de maneira mais ou menos relevante neste ou naquele autor, já que há representantes que compartilham de modo diverso tais características.

É também mérito de Lukács ter sido um crítico contumaz dessas tendências, esforço consumado no livro *A destruição da razão*, trabalho sistematicamente rejeitado, ao qual são imputadas diversas acusações, muitas delas tão toscas quanto querem fazer o livro parecer. Na apresentação à edição brasileira já tivemos oportunidade de desenvolver argumentação a esse respeito (cf. FORTES; VAISMAN, 2020, p. XI-XIX), e não é o caso de nos delongar aqui acerca da controvertida recepção do livro.

Tendo em vista, entretanto, o cenário atual, em que grassam formas de pensar, propostas e projetos de cunho político-ideológico fortemente amparadas em postulados de caráter explicitamente irracionalista, não poderíamos deixar de lembrar que a derrocada militar do nazifascismo, culminando o término da II Guerra Mundial, não significou necessariamente a eliminação das tendências irracionalistas que vingaram no plano do pensamento e prepararam o caminho para o advento da ideologia propriamente nazista. O livro de Lukács tem, nesse sentido, de fato, a intenção não só de mostrar como se verificou tal trajetória, mas, também, de demonstrar a perpetuação do irracionalismo nas tendências filosóficas da segunda metade do século XX. Efetivamente, grande parte do pensamento que se hegemonizou a partir desse momento deita suas raízes nas correntes do irracionalismo do período imperialista do século XIX e da primeira metade do século XX. Desse modo, seguindo a periodização levada a efeito no livro, poder-se-ia dizer que se vive desde então o terceiro período da trajetória do irracionalismo, analisado, em parte, por Lukács no epílogo do livro, intitulado “Sobre o irracionalismo no pós-guerra”.

Sempre convém insistir, ademais, que o tom áspero e arrogante com que o livro foi e tem sido com frequência recebido se deve, em grande medida, ao fato de trazer críticas duras ao que se pode denominar, *grosso modo*, de pensamento de direita. No entanto, o problema é mais complexo do que aparenta, porque o irracionalismo não é mais um apanágio da “direita”, mas atinge também, de modo certo, a base teórico-filosófica daquelas tendências referidas acima, que se colocam como críticas da sociabilidade vigente do ponto de vista de uma suposta “esquerda” não-marxista. Em termos diretos, atinge os pressupostos do autoproclamado anticapitalismo

hegemônico da esquerda hodierna, no interior do qual filósofos como Heidegger e Nietzsche pontificam como figuras proeminentes e fontes de inspiração. O que, sem dúvida, explica a intensificação da rejeição já existente ao livro.

É uma tarefa ainda por se realizar, decerto, a pesquisa e a consequente explicitação acerca do modo como autores, de fato reacionários, acabaram por se tornar pilares dos assim chamados movimentos críticos da sociabilidade atual, em suas variadas nuances e plataformas específicas de “luta”. Enquanto tal empreendimento não for viabilizado, a obra de Lukács é incontornável para todos que buscam o entendimento e a crítica das ideias prevalentes na contemporaneidade, tanto no campo acadêmico-cultural quanto nas movimentações políticas. Reveste-se, ainda, de importância no esclarecimento do papel que tais tendências desempenham na justificação do *status quo*, apesar da aparência em contrário.

Feitas essas considerações gerais, o reconhecimento do valor da obra de Lukács, sobretudo a da maturidade, não implica velar certos problemas que permanecem em aberto, um dos quais diz respeito às influências de Hegel na constituição e desenvolvimento do seu modo de pensar. Ainda que não seja possível contemplar de forma adequada, no âmbito deste Editorial, as dificuldades que tal influência gerou, não se pode deixar de reconhecer sua presença em certos momentos e em determinadas formulações, o que acabou por impor limites inclusive para a devida apreensão do legado marxiano, objetivo sempre almejado pelo filósofo.

É justo também afirmar que, em dadas oportunidades relevantes, sua obra tendeu a se realizar a partir de um tipo específico de distanciamento crítico em relação à filosofia hegeliana, fato claramente perceptível em uma simples comparação entre os ensaios que compõem o livro *História e consciência de classe* e sua última obra, *Para uma ontologia do ser social*, inclusive seus *Prolegômenos*. Contudo, mesmo em seu pensamento tardio ainda é possível constatar a presença de uma aura hegeliana.

Cumpre, assim, assinalar que os possíveis vínculos com a herança hegeliana, apesar de fecunda em diversos momentos, não deixa de se constituir um fenômeno teórico controverso, e mesmo contraditório. Contudo, para não sermos injustos com esforços realizados pelo autor nesse terreno, vale destacar que Lukács nunca se furtou a rever e criticar suas próprias posições. Como exemplo desse tipo de postura, pode-se aventar o reconhecimento, ainda que tardio, dos problemas trazidos pela interpretação de Lênin, tão difundida e aceita, contida nos assim chamados *Cadernos filosóficos*, segundo a qual não se poderia compreender *O capital* sem conhecer a *Ciência da lógica* de Hegel. Todavia, o fato é que a diretiva leniniana acompanhou o autor húngaro ao longo de sua trajetória teórica, sendo repetida aqui e ali em várias oportunidades. É apenas nos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* que essa posição é relativizada e os equívocos de se tomar a dialética marxiana como a inversão da dialética de Hegel são devidamente denunciados (cf. LUKÁCS, 2010, p. 267-8).

Destacar a grandeza do pensamento lukácsiano, suas análises contributivas para a compreensão do desdobramento das disputas das ideias do século XX, não significa, portanto, a adesão desmedida e acrítica a todos os seus apontamentos. É preciso desenvolver, diante de todo e qualquer pensador, a mesma postura de rigor que o próprio filósofo húngaro postulou diante dos autores que passaram por sua

pena, inclusive ele próprio.

Desse modo, não se podem deixar também de apontar certas discrepâncias de sua reflexão em relação à própria obra de Marx, ainda que Lukács tenha sido e continue a ser uma porta de entrada imprescindível para a devida compreensão do filósofo alemão, tendo em vista os rios de tinta que engrossam os descaminhos, releituras e interpretações da obra deste; ou, para usar uma expressão mais coloquial – muito cara ao filósofo J. Chasin –, Lukács funciona como uma “lupa” para a compreensão da obra marxiana.

Aos leitores atentos à obra de Lukács, entretanto, decerto não passou despercebido que, dentre as possibilidades que o autor oferece à compreensão mais precisa da obra de Marx, encontramos certas atribuições de suas próprias formulações, um tanto extrínsecas ao que o filósofo alemão efetivamente elaborou. A título de exemplificação, poderíamos comentar a respeito das consequências que a adesão cega a certas formulações do pensador húngaro pode acarretar. O caso mais escandaloso diz respeito à distinção entre as categorias “alienação” [*Entäusserung*] e “estranhamento” [*Entfremdung*], realizada, como é sabido, nas páginas de sua obra postumamente publicada. As leituras rápidas e vulgarizantes insistem em desviar a atenção para a tradução dos termos, como se o problema fosse meramente semântico. Procedendo desse modo, deixa-se a questão principal fora do foco das atenções, ou seja, o fato de que Lukács desenvolve uma formulação distinta daquela de Marx a respeito destas categorias.

Não é também o caso aqui de tratar de maneira detalhada dessas diferenças (cf. FORTES, 2013): cabe apenas sublinhar que a alienação, para Lukács, é um traço próprio da atividade humana, ou seja, trata-se da ação da subjetividade que se põe no mundo por meio de objetivações tanto de ordem material como social. Em Marx, ambos os termos possuem o sentido da perda, algo que uma leitura rigorosa dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* deixaria de todo evidente (cf. COSTA, 2013). Necessário ainda destacar que a tese de Lukács acima referida acabou por influenciar as traduções do texto marxiano de 1844 no Brasil, criando querelas que vão desde a transformação da categoria em duas – *Entäusserung* é traduzida por “alienação” ou “exteriorização” (cf. MARX, 2004; p. 15-6, comentários do tradutor) – ou ainda, em outra tradução bastante conhecida, a indistinção – e a absurda adulteração do texto de Marx – entre *Entäusserung* e *Äusserung*, ou mesmo entre *Lebensäusserung* e *Lebentäusserung* (cf. MARX, 2015³).

Outra menção se faz necessária, agora em relação ao problema da politicidade, em que se podem encontrar diferenças significativas entre Marx e Lukács. Tal como analisou essa dimensão da prática social, o pensador húngaro a circunscreveu como atributo do ser social, conferindo à política o caráter de traço essencial dessa forma

³ Na p. 348, que *Lebensäusserung* é traduzida, sem nenhuma advertência ao termo original, por “exteriorização da vida”, *Äusserung* por “exteriorização” (na ed. alemã Mega I, 2, p. 267) – de maneira indiferenciada com *Entäusserung*, traduzida pelo mesmo termo, ou seja “exteriorização”; logo na sequência, na p. 349, o termo torna a aparecer e a categoria *Lebensäusserung* é agora traduzida por “expressão da vida”, já que a tradução anterior não pode se sustentar diante de *Lebentäusserung* contraposta na mesma frase – vertida de maneira indiscriminada como “exteriorização da vida”. O leitor sem acesso ao original fica sem saber que se trata, nesses casos, de categorias de significados distintos.

do ser, ainda que sempre historicamente determinada. Contudo, é bom esclarecer, Lukács não se rendeu às teses da filosofia política de seu tempo, tendo em vista que nele a política perde seu caráter voluntarista, ou seja, ele não a considerava, de modo algum, o exercício da vontade livre de toda necessidade de ordem material ou econômica. Ao contrário, a prática política, assim como todo pôr teleológico, implica o reconhecimento e a apreensão da malha causal da objetividade social e a eficácia da atividade que, de fato, põe em movimento aspectos da realidade social. Não se trata, nesse sentido, do mero jogo de disputas entre vontades, mas da ação que incide sobre o campo das possibilidades concretas e põe em curso tendências essenciais, igualmente concretas, da realidade social. Embora tenha dado passos decisivos na determinação do fator subjetivo na política em sua unidade dialética com os fatores objetivos (cf. FORTES, 2015; FORTES; VAISMAN, 2014), tomada nesses termos, fica evidente que a crítica da politicidade presente na obra marxiana passa despercebida ao filósofo húngaro.

Referir o problema da ontonegatividade da política – ainda que neste espaço não se possa desenvolver o problema de maneira aprofundada – permite destacar um elemento importante de seus limites na apreensão do pensamento marxiano. Tal como bem salientou J. Chasin, para Marx a política

é ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo curso de sua pré-história (CHASIN, 2009, p. 64).

É mister também referir a luta feroz de Lukács contra os dogmatismos que vicejaram entre os marxistas, ou seja, ao contrário do que é propalado, ele não se rendeu aos ditames do partido e, levando em conta as restrições da época, contrapôs-se à dogmática stalinista em vários momentos. Contudo, como homem de seu tempo, engajado na luta pela consolidação do que acreditava que era o comunismo, Lukács não se furtou a fazer depoimentos protocolares em defesa do “socialismo realmente existente” de seu tempo contra o capitalismo. No plano político, uma vez que se colocava conscientemente na condição de ideólogo, Lukács sempre buscou contemporizar suas críticas, nunca deixando escapar de maneira direta e clara suas objeções mais enérgicas ao sistema vigente nos países que intentaram transições socialistas. A esse propósito, o depoimento de István Eörsi, contido na introdução à obra autobiográfica de Lukács, é bem revelador:

Só uma única vez, precisamente no outono de 1968, não muito depois da marcha das tropas do Pacto de Varsóvia sobre Praga, ouvi de sua boca a seguinte declaração: “Parece que todo o experimento iniciado em 1917 fracassou e tudo tem de ser começado outra vez em outro lugar.” (*Apud* LUKÁCS, 1999, p. 13)

Não se podem, porém, negligenciar frases afirmadas e reafirmadas de maneira veemente por Lukács, que ainda hoje provocam espanto: “mesmo o pior socialismo é melhor que o melhor capitalismo” (LUKÁCS, 2020, p. 42). Mesmo que Lukács quisesse, com estes termos, apontar para o fato de que a dimensão cultural nos países ditos

socialistas não havia ainda se mercantilizado, tal assertiva é danosa por subestimar aspectos trágicos do stalinismo, como os Processos de Moscou, os expurgos de Stalin, os *gulags*, a burocratização do estado soviético, a deturpação do pensamento marxiano e outros. Nessa direção, István Mészáros (em entrevista publicada nesta edição da *Verinotio*), ao comentar a afirmação de Lukács, acertadamente a refutou nos seguintes termos: “é terrível dizer que ‘o pior socialismo é melhor que o melhor capitalismo’, porque o pior socialismo não é o socialismo. É incompatível com o conceito de socialismo” (pp. 444-445).

O autor nos deixou, de fato, um testamento filosófico que aponta caminhos que precisam ser desdobrados e desenvolvidos. Dentre eles estão a tarefa de compreender a forma da acumulação capitalista de nossos dias⁴ e a necessidade de resgatar da maneira devida a autenticidade do pensamento de Marx, além da persistência em perspectivar transformações necessárias à emancipação humana. Vale, portanto, insistir nesse sentido: Lukács é um pensador incontornável para todos aqueles que pretendem fazer a crítica da sociabilidade atual e apontar caminhos para a sua superação. Precisamente por isso, deve ser tratado com toda a seriedade a que faz jus todo grande pensador; o que significa enfrentar de maneira rigorosa os limites de seu pensamento e extrair as devidas consequências dos elementos-chave de seu legado.

O que se pretende com os termos deste Editorial é advertir para o risco de que o resgate da herança de Lukács na *terra brasilis* tenha o mesmo destino funesto que conheceu na Hungria, logo depois de seu falecimento. No prefácio do *Pensamento vivido* István Ęorsi, com extrema acuidade, apela para seus compatriotas para que não sejam

responsáveis pela depreciação do nome de Lukács junto à opinião pública. Hoje não há quase nenhuma atitude político-cultural ou editorial-cultural do país que não seja enfeitada com citações de Lukács. O bloco dos “alunos”, que cresce imensamente, se move sobre Lukács como moscas sobre a carne (*apud* LUKÁCS, 1999, p. 23).

Mais do que nunca, *é preciso resgatar Lukács dos lukácsianismos dogmáticos, vulgarizantes e simplificadores*, assim como foi necessário redescobrir o pensamento de Marx frente às deturpações e descaminhos de seus seguidores – tarefa à qual Lukács febrilmente se dedicou. Por via de consequência, debruçar-se sobre os escritos de Lukács, traduzir e difundir seus textos é tarefa à qual não nos furtamos, sempre com o rigor analítico necessário, como forma de apreender de maneira precisa a grandeza e os limites de seu pensamento.

A presente edição traz colaborações valiosas para a devida apreciação de

⁴ “O que chamo de renascimento do marxismo teria, portanto, como uma de suas primeiras tarefas examinar exatamente quais são as peculiaridades econômicas do capitalismo de hoje e então fazer com que a atitude em relação ao capitalismo dependa dessa análise e não das análises de 80 anos atrás.” (LUKÁCS, 2020, p. 175)

variadas dimensões que a obra e a própria figura de Lukács nos legaram. Dentre elas, podemos destacar traduções inéditas para o português: a primeira delas, cuidadosamente realizada por Carolina Peters e Murilo Leite – responsáveis também pela apresentação –, traz a correspondência entre G. Lukács e G. Anders, trocada entre julho de 1964 e abril de 1971. Como bem ressaltam os tradutores, trata-se de “um período agitado, que compreendeu as repercussões do bombardeio a Hiroshima e Nagasaki, a Guerra do Vietnã, os movimentos políticos de Maio de 68 e as lutas do movimento negro por direitos civis nos Estados Unidos”. Tornando-se amigos por correspondência – pois, a despeito de algumas tentativas, nunca se encontraram pessoalmente no período –, a intensa troca de cartas reflete o posicionamento de cada um deles frente a tais acontecimentos e, malgrado algumas discordâncias, é perceptível o esforço mútuo em identificar pontos de assentimento a respeito de preocupações, tanto práticas quanto teóricas, além da extrema gentileza com que se tratavam. Marcadas pela sinceridade, sobretudo no que concerne à campanha de difamação sofrida por Anders naquele momento, fica evidente a postura solidária de Lukács ao seu correspondente. Por fim, sublinhe-se o empenho do húngaro, assim como a rápida adesão de Anders, na campanha pela libertação de Angela Davis.

Outra tradução que enriquece a presente edição da *Verinotio* é a entrevista concedida por István Mészáros ao editor Giorgio Riolo. Carlos Eduardo O. Berriel, professor de história literária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é o responsável pela tradução, com revisão técnica de Ronaldo V. Fortes. Instigado pelo entrevistador, Mészáros fornece ao leitor informações relevantes a respeito do vínculo que uniu Lukács aos poetas húngaros e, sobretudo, sobre suas preocupações no campo da ética. Tudo isso para caracterizar a posição do mestre sobre a responsabilidade dos intelectuais, preocupação que emergiu com frequência ao longo de sua trajetória. O entrevistado também ressalta a formação e domínio que o filósofo húngaro detinha acerca de questões estéticas, em particular no campo da literatura. Tendo convivido com Lukács, Mészáros oferece outras informações acerca de episódios de sua atividade político-partidária, de suas relações com figuras significativas da época, além, é claro, de sua vida pessoal (algumas com certo ar de indiscrição, diga-se de passagem), contributos excelentes para uma eventual biografia do autor homenageado neste número, porque não contaminados por *parti pris* muito comum entre seus comentadores mundo afora. Do mesmo modo, a entrevista revela uma atitude destituída de qualquer tipo de louvação cega. Muito ao contrário, não obstante a admiração nutrida em relação ao autor de *Para uma ontologia do ser social*, Mészáros não omite suas reservas críticas acerca de determinadas afirmações e posicionamentos que Lukács veio a assumir em momentos cruciais da história do século XX, muito embora procure caracterizá-las levando em consideração o contexto e as condições em que Lukács viveu e atuou.

A publicação recente no Brasil do livro *Goethe e seu tempo* não passou despercebida pelos editores da *Verinotio*. O interesse e os estudos de Lukács sobre a

obra de Goethe foram contemplados por artigos, por uma resenha⁵ e pela terceira tradução para o português publicada na presente edição, esta sob a responsabilidade de Ronaldo Vielmi Fortes, referente a artigos sobre Goethe escritos em Berlim nos anos 1931-32. Não por acaso, levam o título de “O Goethe fascistizado” [*Der faschisierte Goethe*]. Como esclarece o tradutor, responsável também pela apresentação, a publicação de tais artigos

coincide com o jubileu de Goethe, momento em que na Alemanha se prestavam várias homenagens ao grande escritor, e diversos jornais dedicaram cadernos e matérias destacando a importância de sua obra. Os eventos comemorativos realizados põem em evidência as interpretações tendenciosas da obra goethiana, que, em linhas gerais, o aproximam da apologia de um suposto espírito autêntico germânico, servindo de base inclusive para tomá-lo como um dos precursores do nacional-socialismo (p. 343).

Tendo em vista o predomínio de interpretações de caráter no mínimo duvidoso acerca do literato alemão, que infelizmente ainda transitam em certos escaninhos acadêmicos, Lukács se pôs a escrever artigos, claramente concebidos como textos de combate, que tinham por objetivo desmistificar tais intentos. Assim, ainda que no decurso dos anos subsequentes tenha modificado algumas avaliações, em função do aprofundamento de seus estudos sobre os escritos de Goethe, o que se percebe é a permanência de certos critérios para o devido deslindamento do pensamento do autor alemão, quais sejam, a indicação dos limites e méritos que sua obra como um todo, em seus próprios pés, revela.

Ainda sobre os vínculos entre Lukács e Anders, mormente o interesse manifesto do primeiro pela reflexão do segundo sobre Kafka, a *Verinotio* traz o artigo de Miguel Vedda intitulado “Hacia un realismo bien entendido: György Lukács y Günther Anders como intérpretes de Kafka”. Nele, o professor titular de literatura alemã da Universidade de Buenos Aires (UBA) enfrenta com erudição e por meio de análise cuidadosa o que talvez possa ser considerado um dos capítulos mais controversos da obra lukácsiana. O autor denuncia, logo de saída, o tratamento superficial e enganoso com que professores tratam as relações de Lukács com alguns de seus contemporâneos. Com grande acerto, avalia que as análises superficiais desenvolvidas sobre a leitura lukácsiana de Kafka, reiteradamente, colocam o filósofo húngaro na condição de “vilão” da história. E, contrariamente ao que se tem dito e escrito (e repetido à exaustão, inclusive nos corredores das instituições universitárias e mesmo entre seus intérpretes mais afamados), Vedda afirma “que las críticas a Kafka, que fueron mitigándose y alterándose con el paso del tiempo, convivieron con el reconocimiento de que el autor checo es uno de los escritores más excepcionales de la Modernidad tardía” (p. 270). Cumpre assinalar a utilização de um amplo amparo bibliográfico por parte do autor, em que parte ponderável das referências se encontra no original alemão, o que por si só confere ao artigo não apenas erudição, mas sobretudo solidez e rigor da pesquisa, aspectos muito rarefeitos nos estudos sobre o tema. Como resultado, o leitor poderá descobrir o modo efetivo com que Anders e

⁵ Os comentários sobre os artigos e a resenha serão expostos mais adiante.

Lukács trataram, cada um a seu modo, todavia com determinadas confluências, a obra kafkiana.

O artigo de autoria de Ester Vaisman, intitulado “Ainda sobre Lukács e o romantismo: algumas considerações sobre os passos do itinerário de uma vida”, oferece, inicialmente, uma retomada do percurso realizado por Lukács no campo da análise literária. Nesse caso, são problematizados aqueles comentários que tendem a menoscar os diversos momentos em que o autor em tela faceou o romantismo. Nesse contexto, a autora faz a seguinte denúncia:

A “criação” ou reconstituição de um Lukács romântico (operação esta, sim, de natureza romântica, na acepção verdadeira e negativa do termo, tanto no sentido de salto para trás como de desrazão teórica) integra o que já foi chamado de mitificação do jovem Lukács e tem por orientação básica fazer a defesa de suas fases pré e protomarxista, voltando-as contra o período culminante de sua evolução, o platô de chegada de onde desenvolveu sua obra propriamente marxista. (p. 24)

É evidente que a consolidação de uma linha interpretativa como a acima denunciada repercute no exame da relação de Lukács com vários autores de língua alemã, notadamente Goethe e o próprio *Sturm und Drang* no seu conjunto. Desse modo, o devido resgate dos traços efetivos do movimento romântico e da natureza contraditória do evoluir goethiano realizado por Lukács é o escopo central do artigo.

“Avessos da dialética: Adorno, Lukács e o realismo no século XX” é o título do artigo de autoria de Leandro Candido de Souza, em que há um empenho plenamente realizado de remontar cuidadosamente, a partir dos próprios textos, o debate entre Lukács e Adorno. A pertinência do tema é flagrante, considerando a preponderância (mais uma vez, sobretudo, nos meios acadêmicos) das teses de Adorno – lidas e repercutidas à exaustão em tom solene – acerca da presumível submissão de Lukács aos ditames da estética oficial soviética. Com o fito de analisar com mais segurança o confronto Adorno/Lukács a respeito do aparecimento das vanguardas, o autor se vale de análises realizadas por N. Tertulian e M. Vedda a esse respeito. Porém, ao final, apoiando-se de maneira especial em Peter Bürger, Candido conclui que tanto Lukács quanto Adorno, cada um por motivos diferentes, mostraram-se incapazes de reconhecer as reais “implicações que os empreendimentos de vanguarda tiveram na arte do século XX” (p. 265).

No artigo intitulado “A relação entre objetividade e subjetividade no ato estético”, Monica Hallak Martins da Costa, detendo-se na *Estética*, publicada em 1963, busca recuperar a argumentação de Lukács no que concerne às relações entre a mimese artística e a vida cotidiana, reconhecendo o modo específico como a arte se distancia da cotidianidade, ao mesmo tempo em que mantém com ela vínculos indissolúveis. No interior desse processo, a autora identifica também as diferenças que emergem entre o distanciamento artístico e o científico, especialmente no que se refere aos liames entre subjetividade e objetividade. E é exatamente aí que o problema da alienação [*Entäusserung*] emerge: ainda de acordo com a autora, Lukács teria se valido da categoria no mesmo sentido que encontramos em Hegel. Entretanto, após estabelecer as diferenças e similitudes entre o pôr teleológico que se verifica no trabalho e aquele que caracteriza o pôr estético, Costa afirma que a presença tanto da

alienação quanto da retroação da alienação no sujeito é indispensável para o artista como para o fruidor da obra. São ainda dimensões que se entrelaçam e não podem existir em separado, o que, de acordo com a avaliação da autora, diferenciaria o trato da categoria em exame em Lukács e em Hegel.

Voltado também à *Estética* de maturidade, o artigo “A pintura na *Estética*: revisão analítica e aproximação com a categoria realismo crítico”, de autoria de Ronaldo Rosas Reis, discute a teorização levada a cabo por Lukács a respeito da mimese na pintura. Ciente das dificuldades inerentes ao tratamento da questão, o autor retoma com cuidado e rigor, além do próprio texto lukácsiano, indicações textuais de Marx, direta ou indiretamente vinculadas ao tema. No decorrer da análise, explora meticulosamente, por exemplo, a bidimensionalidade, a tridimensionalidade, o conteúdo e a coordenação, além de ater-se às relações entre naturalismo e realismo na pintura. No primeiro passo, a partir daquelas manifestações que o próprio Lukács considera o momento genético da pintura, salienta a sua dimensão não-pública, o que complexifica a identificação do caráter universal dessa manifestação artística. É importante destacar que a contribuição de Reis se reveste de caráter instrutivo, tendo em vista a farta utilização de imagens de pinturas – inclusive as rupestres – com a finalidade de tornar mais acessível aos leitores o sentido que o filósofo húngaro identifica na evolução da atividade pictórica, no interior do qual o caráter universal da pintura é considerado resultado da

convergência entre a tridimensionalidade e a bidimensionalidade. Para ser capaz de revelar a intensidade do conjunto representado e de cada uma de suas partes, e novos aspectos a todo momento, cada elemento da obra tem de cumprir inúmeras tarefas na conformação do detalhe e na coordenação compositiva (pp. 126-127).

O autor resgata e analisa os comentários de Lukács sobre historiadores da arte, sobretudo da pintura, além de outras referências contrárias ou próximas aos argumentos desenvolvidos na *Estética*, procedimento este que enriquece a exposição pretendida.

O artigo de autoria de Candido, “Para uma arqueologia do sentimento estético: o papel da arte paleolítica na *Estética* de György Lukács”, debruça-se sobre um assunto de invulgar importância na reflexão estética de maturidade do autor húngaro, mas que raramente tem merecido atenção dos comentadores da obra.

Ao tratar do tema, além de romper com a abordagem evolucionista da história da arte, Lukács teria retificado, por exemplo, grande parte de seu argumento demasiadamente lógico e abstrato contido em *Introdução a uma estética marxista* (1957) sobre a categoria da particularidade, tomada sem mais da tradição clássica alemã. Contudo, diferentemente do que ocorre em 1957, na *Estética* propriamente dita Lukács termina por reconhecer o concreto, a vida cotidiana, como ponto de partida a partir do qual se autonomizam as categorias específicas do pôr estético. Nesse contexto, a “lógica da particularidade” deixa de ser o centro categorial da obra de 1963, como bem demonstra ao autor. Com amplo conhecimento dos debates da geração de Lukács, e do mesmo modo de autores que trataram do tema, o autor fornece um quadro geral, em que o filósofo caminha em direção de um tratamento de caráter ontológico-materialista, abandona em grande medida os passos anteriores e

passa a dedicar sua atenção aos achados arqueológicos e pesquisas antropológicas específicas, diante da necessidade de buscar a gênese da obra de arte. Daí a atenção dedicada à arte pré-histórica, ou seja, às pinturas rupestres. Como resultado, tem-se uma notável recuperação do tratamento lukácsiano dispensado ao tema e o testemunho da coerência do filósofo em buscar a gênese dos processos de autonomização categorial da arte.

“A sombra do progresso: Lukács, Balzac e as contradições do realismo” é o título do artigo de autoria de Paula Alves. Apoiada em farta bibliografia, a autora realiza, em um primeiro momento, questionamento fundamentado acerca de uma suposta contraposição entre a atividade de escritor, de um lado, e a atividade política, de outro, que teria marcado os escritos lukácsianos na década de 1920. Na sequência, procura demarcar a importância dos textos e artigos redigidos no exílio moscovita, sobretudo no que diz respeito aos estudos sobre Balzac, sem deixar de mencionar a intensa polêmica travada no interior daqueles setores vinculados à atividade literária na União Soviética nem esquecer da disseminação da sociologia vulgar, que afeta diretamente o debate sobre as relações entre arte e sociedade. No que diz respeito à linha de desenvolvimento da análise lukácsiana da obra de Balzac, a autora demonstra claramente o afastamento do filósofo húngaro dos marcos de interpretação disseminados à época, que tendiam a associar a posição pessoal de determinado autor em relação à sociedade de seu tempo com sua obra literária. Lukács, ao contrário, no caso específico de Balzac, fugiu desse figurino, buscando no interior da obra, a partir da composição dos próprios personagens e de suas inter-relações, o modo como emerge o processo social da vida. Agregando a pesquisa sobre Stendhal realizada por Lukács, a autora afirma o que se segue:

no processo de reflexão literária, é possível que o reacionarismo se constitua outrossim como um ponto de vista privilegiado, o que permite que as obras de escritores conservadores ofereçam uma crítica mais contundente do capitalismo em ascensão do que aquelas de escritores cuja visão de mundo é relativamente mais progressista (p. 197).

Deve-se ressaltar, em relação a esse mister, que, mais uma vez, entram em cena os vários polemistas, só que agora em torno do emprego da expressão “triunfo do realismo” empregada por Lukács na republicação, em 1939, em idioma russo, do texto A polêmica entre Balzac e Stendhal (que já havia sido publicada em 1938 na *Literaturnyi kritik*,) é publicado novamente em uma coletânea intitulada *K istorii realizma* [Para uma história do realismo]. O debate que se seguiu e intensa a participação de vários literatos russos são cuidadosamente referidos pela autora. O resultado desse embate não poderia ter sido outro: em uma resolução oficial do Comitê Central do Partido, é anunciada a dissolução da *Literaturnyi kritik*, com a justificativa insólita de que o periódico teria perdido contato com a literatura propriamente soviética. Prosseguindo na análise da produção teórica de Lukács realizada no exílio moscovita, a autora se debruça nos assim chamados “Escritos de Moscou”, em especial, sobre a noção de progresso neles contida. Por fim, realiza uma excelente análise sobre a contradição do desenvolvimento social na obra de Balzac, na qual é trazida à tona a avaliação precisa que Lukács concebe sobre o literato francês – que, embora sempre referida por comentadores, poucas vezes é de fato caracterizada em toda sua

complexidade como no artigo em tela.

Vitor Bartoletti Sartori, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), volta-se à apresentação de um tema de rico interesse, sobretudo para aqueles pesquisadores empenhados na formulação da crítica do direito, em especial, a partir da perspectiva lukácsiana. Contudo, o artigo de sua autoria, intitulado “Lukács diante da estetização do direito”, contribui para uma aproximação mais ampla ao tema, ao focalizar criticamente a sobreposição gerada entre estética e direito, principalmente entre autores conhecidos como pós-positivistas. O autor destaca a influência da filosofia da linguagem em tais propósitos, especialmente no que concerne ao problema da interpretação e, por via de consequência, dirige sua crítica a Dworkin, autor do livro *Levando os direitos a sério*, que aproxima o direito e a estética, na medida em que concebe o

direito como uma espécie de romance em cadeia, escrito por distintos autores, mas sempre com um senso de totalidade e de unidade. Assim, tal qual em uma obra literária, não se teria uma simples enumeração de fatos, mas algo assemelhado à estrutura do romance (p. 63).

Como bem ressalta o autor, um conhecido intérprete húngaro de Lukács, nomeadamente Csaba Varga, tem realizado tentativas no sentido de aproximar a formulação de Dworkin à obra lukácsiana, intento que é criticamente rechaçado por Sartori, ao evidenciar com todo o rigor que, ao contrário do que supõe Varga, quando se trata da obra do filósofo húngaro, notadamente de *Para uma ontologia do ser social*, é absurda toda e qualquer tentativa de aproximação do direito e a estética.

Com o propósito de contribuir para a discussão em torno do problema das continuidades e descontinuidades presentes ao longo da obra de Lukács no seu conjunto, Francisco García Chicote escreve o artigo “Ensayo y método en György Lukács”. O ponto de partida da reflexão do autor são determinadas colocações formuladas por Wolfgang Müller-Funk em sua conferência “O filósofo do século”, em que são consagradas interpretações sobre a presença no pensamento lukácsiano, de dois princípios opostos: de um lado, uma perspicácia sociológica e, de outro, uma herança idealista não superada. Depois de compulsar textos de autores diversos – tais como E. Bloch, S. Kracauer, T. Adorno e outros mais – em busca de avaliações sobre o referido dualismo, Chicote não deixa de referir uma linha analítica que enfatiza a preferência pela fase madura. Entretanto, ao arrepio das interpretações consagradas, entende ser necessário identificar uma espécie de denominador comum que estaria presente ao longo do extenso itinerário lukácsiano: “uma atitude não-dogmática” vinculada ao estilo ensaístico do filósofo em tela. Tal tese defendida pelo autor decorre de investigação junto aos trabalhos do “jovem” Lukács, por exemplo, *A alma e as formas*, em que a forma “ensaio” teria sido concebida como alternativa à noção de “sistema”, por seu caráter aberto. A defesa do caráter ensaístico em contraposição ao sistema reapareceria em *Teoria do romance* e, do mesmo modo, no conjunto de ensaios intitulado *História e consciência de classe*. Nesse passo, Chicote ressalta, para além dos traços duramente criticados pelo próprio autor no afamado Prefácio de 1967 à obra em questão, que os

impulsos teóricos en la obra de Lukács surgen de una combinatoria peculiar de teorías, conceptos y corrientes intelectuales generales, es decir, de una

constelación cuya lógica no proviene de ningún sistema preestablecido, sino de la peculiaridad del objeto a cuyo servicio se pone (p. 47).

O caráter ensaístico se torna, assim, o elemento crucial para a devida compreensão da construção conceitual lukácsiana, traço este que teria perdurado nos textos de maturidade, como o ensaio sobre *Minna von Barnhelm* de Lessing (1963) e também no escrito sobre *Um dia na vida de Ivan Denisovich*, de Alexander Soljenítsin (1964). Chicote sublinha que neles não se apresenta um caminho preestabelecido para a resolução das tensões e conflitos vividos pelos personagens, muito ao contrário. As figuras que se solidificam em princípios rígidos, prefixados, estariam condenadas à ruína, ainda de acordo com o autor.

“Cómo contar la tragedia: sobre la lectura lukácsiana del *Doktor Faustus* de Thomas Mann” é o título do artigo de autoria de Guadalupe Marando e Martín Salinas, em que é oferecida uma rica análise acerca da figura do artista moderno presente no livro *Doutor Fausto* de Mann. Tendo esse objetivo em mente, os autores, além de percorrer as obras de juventude do escritor alemão, além daquelas escritas após a publicação do livro em exame, identificam que nele o artista moderno é o único digno de representação trágica, impossível de superar a figura de Adrian Leverkühn. Acrescente-se também o fato de o modo como a figura do artista foi debatida por outros autores contemporâneos ter recebido por parte de Marando e Salinas uma pormenorizada contextualização. Ademais, é assinalado o reconhecimento por Lukács de que o *Doutor Fausto* representa uma sistematização literária dos temas de juventude de Mann, que, por seu turno, “guarda una relación particular con la propia sistematización que Lukács lleva a cabo en su tratado *La peculiaridad de lo estético* (1963)” (p. 227).

Encerrando com chave de ouro a presente edição da *Verinotio*, publicamos duas excelentes resenhas: a primeira, intitulada “Lukács, seu tempo e o tempo de Goethe”, de autoria de Carolina Peters; a segunda, escrita por Myreli Xavier, leva o título de “Goethe: para além das aparências”. Frutos de leitura primorosa de dois livros, a primeira sobre *Goethe e seu tempo*, de György Lukács, editado pela Boitempo, e a segunda sobre o livro de Miguel Vedda, *Leer a Goethe*, publicado em Buenos Aires. Em ambos os casos, cumpre ressaltar, não se trata apenas de comentários rápidos sobre as obras resenhadas – coisa que, infelizmente, tornou-se lugar-comum – mas, ao contrário, de resultado de esforço analítico sério no sentido de identificar o eixo fundamental da argumentação das referidas publicações.

No caso da resenha sobre *Goethe e seu tempo*, a resenhista, ao avaliar a contribuição da obra, assinala que o

volume de ensaios lukácsianos pode ser considerado exemplar, uma vez que, aqui, a relação entre a arte e seu presente histórico, almejada desde o próprio título do livro, é estabelecida a partir da análise imanente dos textos literários (e filosóficos, no caso dos escritos estéticos de Friedrich Schiller e das teorizações contidas na correspondência deste com Goethe), tomados em sua singularidade (p. 455).

Análises dessa natureza e outras mais presentes na referida resenha são de extrema utilidade não apenas na divulgação da obra, mas, sobretudo, para apresentá-la devidamente ao público leitor.

O mesmo pode ser dito a respeito da resenha sobre o livro de Vedda, visto que nela a autora reconhece devidamente o empenho do professor argentino em se subtrair da facilitação trivial que muito frequentemente ocorre com livros dessa natureza. Ademais, desde logo, Myreli Xavier, reconhecendo o esforço e a competência do pesquisador em literatura alemã, ressalta que o livro “inicia-se, portanto, com esse laborioso esforço de desarticular leituras homogeneizadoras, que contribuíram para converter Goethe em um mito, uma lenda”. Ressalta também que,

valendo-se do material produzido por críticos e biógrafos relevantes, da correspondência pessoal do escritor alemão, bem como de sua vasta produção literária, Vedda se dedica a demonstrar que quando se efetua uma leitura honesta e objetiva do conjunto, sem privilegiar apenas o que impressiona e o que se harmoniza com interesses e pontos de vista próprios ou preestabelecidos, resulta clara a incorreção das referidas interpretações (p. 461).

Boa leitura!

Ester Vaisman
Ronaldo Vielmi Fortes

Referências bibliográficas

- CHASIN, J, *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COSTA, Mônica Hallak Martins da. “Alienação e estranhamentos”. In: TORRIGLIA, P.; MÜLLER, R.; LARA, R.; ORTIGARA, V. *Ontologia e crítica do tempo presente*. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2013.
- FORTES, Ronaldo. “Las categorías de la objetivación, enajenación y alienación en el último Lukács”. In: INFRANCA, A.; VEDDA, M. *La alienación: historia y actualidad*. Buenos Aires: Herramienta, 2013.
- _____. A dialética entre o ideal e o material. *Revista Trabalho e Educação*, v. 24, n. 1, 2015.
- FORTES, Ronaldo; VAISMAN, Ester. A politicidade no pensamento tardio de György Lukács. *Revista Estudos Políticos*, v. 5, n. 1, p. 118-23, 2014.
- _____; _____. “Apresentação”. In: LUKÁCS, G. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020, p. XI-XIX.
- LUKÁCS, György. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. Entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér. São Paulo/Viçosa: Ad Hominem/Ed. UFV, 1999.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VAISMAN, Ester. O que é possível dizer sobre as relações entre filosofia e sociedade em pleno século XXI? *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, p. 277-307, jan./jun. 2021.

Como citar:

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo V. Editorial: Por que não somos lukácsianos. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 2, pp. VII-XXIII, mar. 2022.